

**GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA
E AS NOVAS EXIGÊNCIAS SOCIAIS:
DA NECESSIDADE
DE UM NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL**

Mauro Barroso Andrés (UFT)
maurobandres@yahoo.com.br

RESUMO

Apresenta-se aqui um trabalho curricular que analisa criticamente a influência da globalização e do capitalismo na determinação do paradigma educacional, especialmente no âmbito das instituições de educação superior. Ele delinea as pautas do paradigma emergente do atual contexto, analisa as mudanças contextuais e científicas em curso, nas quais os conceitos de democracia e diversidade se encontram em realce. Esboça as pautas desejáveis para o novo paradigma educacional, consentâneo com a realidade contemporânea e conclui que: a atuação universitária deve superar as limitações decorrentes da especialização disciplinar e adotar como referencial a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, especialmente no que se refere às ciências próprias do relacionamento humano.

Palavras-chave: Disciplinaridade. Globalização. Paradigma.

1. Introdução

Trata-se de analisar criticamente a influência da globalização e do capitalismo na determinação do paradigma educacional, especialmente no âmbito das universidades, bem como traçar as pautas do paradigma emergente deste contexto e analisar as mudanças contextuais em curso, em que os conceitos de democracia e diversidade se encontram em realce. Objetiva-se ainda esboçar as pautas desejáveis para o novo paradigma educacional. Este estudo se justifica por não haver mudança de atitude racional sem conhecimento.

2. Da globalização hegemônica e seu paradigma educacional

Convivemos em tempos de capitalismo e globalização, com intensificação e aprofundamento contínuos dos relacionamentos interestatais e interpessoais orientados para a formação de um mercado global que permita circular livremente mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos tecnológicos e científicos etc. Apoiando-se na evolução tecnológica, Estados, instituições e corporações que capitaneiam tais fluxos circulató-

rios, que se configuram como centros hegemônicos, buscam a abertura das fronteiras estatais dos demais, em nível e escala nunca antes experimentados. Buscando sedimentar um modelo relacional que lhes interessa, estabelecem um paradigma que passa a informar as práticas mundiais em todos os setores e que vai, desapercibida e paulatinamente, sendo imposto pela ausência de alternativas que gera, vez que este processo importa contínua e progressiva homogeneização global em detrimento das diferenças, não consideradas concretamente como possibilidades ou consideradas como prejudiciais à manutenção do paradigma estabelecido.

Neste sentido, vale lembrar aqui a noção geral de paradigma estabelecida por Thomas S. Kuhn (2006) e que se nos afigura como expressão do que realmente ocorre: paradigmas seriam construções estabelecidas pela comunidade científica (no caso em tela, formada pelos estados, instituições e corporações hegemônicas) que, durante certo tempo, contribuem com problematizações e soluções modelares para os membros da comunidade em seus respectivos campos de atuação, direcionando as pesquisas (e, por analogia, as ações em geral) mesmo na ausência de regras específicas, como se dá no caso de membros ou grupos que não compartilhem as mesmas regras (como é comum entre estados, corporações e instituições).

No que respeita especificamente ao “mundo acadêmico”, especialmente no Brasil, pode-se afirmar que, pela perspectiva jurídico-positiva, nos termos estabelecidos na constituição vigente e que obriga a todos, Estado, sociedade e indivíduos, a educação é um direito social (Art. 6º), e que é “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Art. 205), sendo dirigida no Brasil pelo Poder Público (Art. 24, IX), sem embargo da autonomia prevista para as universidades (Art. 207).

Em sendo, assim, como as universidades, especialmente públicas, se configuram como centros hegemônicos produtores (pesquisa), irradiadores (ensino) e de aplicação (extensão) de conhecimento, e se balizam neste mister pelo paradigma estatal, infere-se da análise deste que sua atuação está claramente voltada para o atendimento do mercado de trabalho, conforme estabelecido constitucionalmente, com todos os desdobramentos que daí advêm. Deste modo, percebe-se que suas pautas são traçadas em consonância com os apelos do capitalismo e das pressões políticas, onde os educandos devem ser formados para amearhar certa par-

cela de conhecimento e exercitá-la com maestria, não se relevando a preocupação com o desenvolvimento intelectual para a sua produção criativa ou crítica. Apoia-se o paradigma hegemônico na ideia de disciplinaridade, ou nas palavras de Maria Cecília de Souza Minayo (2016), em “[...] pensamento único que em pesquisas e ensino aporta uma ótica unidisciplinar e fechada”. E é nesse sentido que Maria Cândida Moraes (2004, p. 43) lança sua crítica à base cartesiana do paradigma científico adotado ainda hoje (decompor questões complexas em outras mais simples para compreendê-la), em razão de provocar a “[...] fragmentação de nosso pensamento, a unilateralidade de nossa visão [...]”.

Boaventura de Sousa Santos (2016) reconhece tal realidade, inclusive qualificando-a como um dos fatores fundantes da crise de identidade que tais instituições enfrentam atualmente (produzir conhecimento e realizar críticas ou reproduzir conhecimento eficaz, mas acriticamente?) e que tem provocado o enfraquecimento de sua hegemonia face ao fortalecimento da iniciativa privada, desde sempre francamente atrelada ao mercado global, inclusive produzindo conhecimento sob encomenda. A globalização é um processo que se realiza a partir de centros econômicos e científicos hegemônicos, razão pela qual pode-se se referir a tal fenômeno como globalização neoliberal hegemônica, que se encontra a par com o capitalismo global. (SANTOS, 2002)

Como a globalização de viés neoliberal e capitalista é um fenômeno mundial, os paradigmas que a ela se ligam são também mundialmente compartilhados, o que faz com que os processos econômicos e de desenvolvimento tecnológico e científico acabem por traduzir os conceitos, interesses e valores dos centros hegemônicos. Estabelecem-se arranjos paradigmáticos que conduzem à estabilidade e à previsibilidade pretendidas por tais centros, por mais altruístas que sejam os discursos públicos: não se investe consistentemente em pesquisa farmacêutica, por exemplo, que não vise produzir resultados “comerciais”, por mais relevante que seja a questão pela perspectiva do desenvolvimento científico e humano.

Uma globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2002) se impõe como reação necessário, a fim de que a diversidade as alternativas existentes, lastreadas estas nas experiências e racionalidades que se situam para além dos centros e paradigmas dominantes, possam ter voz e vez, sendo consideradas como possibilidades válidas e concretas.

Sob tal paradigma, a ocultação das alternativas existentes res-

ta naturalizada, de modo que suas ausências não são percebidas, levando-se ao desperdício de experiências e saberes alternativos (SANTOS, 2002) que poderiam se mostrar muito mais adequados ao desenvolvimento sustentável dos Estados, das sociedades e dos indivíduos considerados em suas particularidades, em sua pluralidade e diversidade, apesar de integrarem-se todos em um grande sistema.

É preciso reconhecer que a adoção deste paradigma serviu muito bem à humanidade enquanto o capitalismo se manteve consistente como elemento balizador eficaz no fornecimento daquilo que as sociedades sempre buscam: a estabilidade que decorre da ordem paradigmática e a previsibilidade que se apresenta como seu desdobramento. Contudo, é preciso atentar para o que dizia George Soros (1998, p. 13) em depoimento ao Congresso dos Estados Unidos da América:

O sistema capitalista global, que foi responsável pela extraordinária prosperidade deste país na década de 1980, está se rompendo. O atual declínio do mercado acionário dos Estados Unidos é apenas um sintoma, e um sintoma tardio, dos problemas mais profundos que estão afligindo a economia mundial [...].

Um dos mais importantes pilares de sustentação da globalização hegemônica apresenta fadiga e está em franco processo de alteração, o que se apresenta como mais um motivo para se revisar o paradigma até agora utilizado pela comunidade científica para guiar a atuação das instituições em que se espraíam seus membros a fim de atender às novas demandas sociais.

3. Mudanças no contexto socioestatal e seus desdobramentos

A partir do início do Século XX, com a celeridade obtida nos avanços político-democráticos, tecnológicos e científicos e todos os desdobramentos que estes avanços trouxeram, tais como o respeito à diversidade, a alteração de nossa percepção de espaço/tempo e a imprevisibilidade quanto ao resultado das ações praticadas, mesmo sob a égide do atual paradigma hegemônico passamos a ter desordem e incertezas, como observa Edgar Morin (1999), e, Eric Hobsbawm (2001, p. 7), por sua vez, coloca em relevo o fato de que “[...] Num mundo cada vez mais globalizado e transnacional, os governos coexistem com forças que exercem sobre a vida cotidiana de seus cidadãos um impacto pelo menos equivalente ao deles, mas que, em graus diversos, estão fora de seu controle [...]”.

Face a isto Edgar Morin (2003, p. 14) observa:

Todos os problemas se situam em um nível global e, por isso, devemos mobilizar a nossa atitude não só para os contextualizar, mas ainda para os mundializar, para os globalizar; devemos, em seguida, partir do global para o particular e do particular para o global, que é o sentido da frase de Pascal: "Não posso conhecer o todo se não conhecer particularmente as partes, e não posso conhecer as partes se não conhecer o todo".

Neste contexto, inequivocamente, mais do que a pertinência, há a necessidade de se rever o desenho do paradigma adotado, traçado em período histórico que muito se diferencia do que ora vivenciamos. Cabe à comunidade científica dantes enclausurada, abrir-se ao diálogo, à alternatividade, de modo que, atenta à dignidade e às exigências da convivência humanas, possa repensá-lo e modificá-lo, fortalecendo assim o processo democrático e as sociedades políticas, evitando que se sedimente uma soberania de mercado vista como uma substituta autoritária e excludente da democracia, onde, como bem observa Eric Hobsbawm (2001, p. 6): "[...] A participação no mercado substitui a participação na política. O consumidor toma o lugar do cidadão".

As atividades humanas conduzidas no âmbito das ciências não podem ser tratadas ditatorial e preconceituosamente (o que é paradoxal em ciência!), como decorre em desdobramento ao pensamento de Thomas S. Kuhn (2006). Devem ser tão influenciadas pelos ideais democráticos e pela ética quanto ora se mostram pelo capitalismo, até porque isso traria muito mais consistência científica aos conhecimentos produzidos. As influências externas sobre os praticantes das atividades universitárias se configuram como variáveis que influenciam no resultado. Logo, metodologicamente haveriam de ser consideradas quando de seu estudo, vez que, em caso contrário, a comunidade científica, curiosamente, deixaria de aplicar ao seu âmbito tudo aquilo que exige seja aplicado aos demais. As universidades e as funções que estas exercem são criações humanas, relacionais, e como tal devem ser consideradas.

Ignorar ou não considerar tal realidade, lançando-a no rol das ausências face à incômoda fragilidade que expõe, apenas atrasa o desenvolvimento científico e educacional, até porque as formas de realização das pesquisas e da educação, de modo concreto, sempre se mostraram atreladas a variáveis antecedentes que lhes são externas, como os posicionamentos políticos. O contexto atual exige um paradigma que siga na linha exposta por Maria Cândida Moraes (2004, p. 32), segundo a qual deve-se conferir "[...] um enfoque relacional, em que conceitos e teorias soberanos [dos centros hegemônicos] convivem com teorias rivais [...]". Tal

perspectiva, sem desnaturar a essência da construção teórica cunhada por Thomas S. Kuhn (2011), de viés excludente, e, em certa medida, elitista, abre-se para a democracia, a diversidade e as novas experiências, enfim, para as ausências (SANTOS, 2002), fazendo-as presenças.

Este entendimento é corroborado por Edgar Morin (2000, p. 14), que leciona existir “[...] um problema capital, sempre ignorado, que é o da necessidade de promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais”. Assim sento, haveria a possibilidade de teorias dominantes dialogarem proficuamente com outras potencialmente rivais, como acima referido por Maria Cândida Moraes (2004).

4. Conclusão

De todo o exposto, conclui-se que a atuação universitária em sua tríplice frente (pesquisa, ensino e extensão) deve superar as limitações decorrentes da especialização unidisciplinar ou disciplinaridade que ainda a orientam (vide matrizes curriculares, bibliografia básica etc.), apesar do discurso que se avoluma no sentido da superação pretendida. Tal atitude acadêmica, na prática, provoca uma fragmentação indevida face à complexidade do mundo e do humano, destinatário final de todos os conhecimentos produzidos, inclusive no âmbito das ciências duras. Como integralidades que se relacionam formando um todo muitíssimo mais complexo, nossas condutas e ações longe de serem individuais, são essencialmente relacionais, e, quaisquer que sejam, mostrar-se-ão influenciadas por variáveis diversas sempre presentes e relevantes, ainda que tenham sido deixadas ao largo e ignoradas neste sentido por longo tempo. Daí a necessidade de mudança de paradigma e de perspectiva, bem como do grau de investigação, partindo-se da disciplinaridade para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, que merecem estudos ainda mais aprofundados visando sua concretização dinâmica no plano da educação superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOBBSAWN, Eric. A falência da democracia. Trad. Clara Allain. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 2001. Caderno “Mais!”.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad.: Beatriz

Viana Boeira e Néelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade*. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiPp_rirYHPAhUG6x4KHVdKAYSQFgg-pMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas2.uepg.br%2Findex.php%2Femancipacao%2Farticle%2Fdownload%2F1937%2F1880&usq=AFOjCNGYlej4M4gcb0Z9hDoIXkOuS0J-A>. Acesso em: 08-09-2016.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (Orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamont, 1999.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. (Orgs.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad.: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Rev. téc.: Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 8-09-2016.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, out.2002.

SOROS, George. *A crise do capitalismo: as ameaças aos valores democráticos: as soluções para o capitalismo global*. Trad.: Afonso Celso da Cunha Serra. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.